Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

ATA DA 198º REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dez, às quatorze horas, na sala Geminada B do Palácio do Itamaraty, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi realizada a centésima nonagésima oitava Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sob a Presidência do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e Presidente do CDDPH, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi. **ITEM 01)** Abertura da Sessão pelo senhor Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, PAULO DE TARSO VANNUCHI e manifestação dos Conselheiros sobre os itens de pauta. **Ministro Paulo Vannuchi** – Senhoras Conselheiras, senhores Conselheiros, senhoras convidadas, senhores convidados, eu começo com a surpreendente saudação de feliz ano novo. Para muitos que estou vendo pela primeira vez, em um ano que desta vez não esperou o carnaval para começar, e começou até lá pelo dia 21 de dezembro, dia 30 de dezembro, quando foi lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos, e todos se lembram que a virada de ano em janeiro foram dias de muito debate na imprensa, muita repercussão em torno do lançamento do Programa. Agradeço também todos os organizadores dessa reunião, a Dra. Juliana consultou reiterada vezes da possibilidade de até fazermos um pouco mais cedo, do que em 16 de março, mas realmente mesmo hoje estamos fazendo sem alguns integrantes muito importantes – Dr. Dalmo Dallari e Dra. Flávia Piovesan, porque não era mais possível adiar e também Dra. Juliana nos preparou pela primeira vez um esboço do que nós vamos passar de um calendário anual de reuniões já tentando prever as atividades até dezembro e nós temos hoje então, conforme consultas feitas por ela, a idéia de fazer uma introdução de além de lembrar as coincidência de datas hoje é o dia 16 de março, portanto, o dia da Lei que criou em 1964, 15 dias antes da ruptura de 31 de março/1 de abril de 1964 e também daqui a pouco teremos a presença Professor Edgar Flexa Ribeiro – ele já está ai – então seja muito bem-vindo, novo Presidente da ABE, muito bem-vindo para levar adiante ai essa contribuição já de várias décadas da Associação Brasileira de Educação a causa dos direitos humanos no Brasil, também explicar que entre os vários fotógrafos, jornalistas e colegas presentes, temos ou teremos daqui a pouco a presença de uma equipe que vem trabalhando aquele nosso projeto que finalmente está se concretizando de

produzir um livro sobre a história do CDDPH, que amplie, que de um status de avanço, aquele trabalho já existente, em volume, em apresentação gráfica, em pesquisa, para se tornar um instrumento realmente de divulgação, conhecimento, pesquisa de estudo e a previsão é tentar fazer esse lançamento ainda no final de junho. O prazo é muito apertado, mas, porque também temos aqueles limites característicos de ano eleitoral, em que determinados eventos passam a estar restringidos a partir do final de junho e deixar para novembro seria bastante tarde, também nessa programação do calendário anual, uma preocupação que tenho conversado com a Dra. Juliana é sobre qual o melhor calendário de arremate de um tema sensível, delicado que é o tema da Comissão Especial de Atingidos por Barragens, porque o lançamento do PNDH que passaremos a focalizar em seguida, como um grande ponto introdutório de hoje, primeira chance de conversarmos sobre isso com o Conselho, mostra que de fato, o Programa acabou sendo lançado no momento de alta ebulição do calendário político, político eleitoral, e quando nós criamos aquela Comissão Especial, eu estive em várias reuniões e disse a ela da importância do prazo, que era previsto para durar um ano e já dura quase 04, então eu quero discutir com muita calma e se tendo durado quase 04, porque não durar mais um pouco para não ser lançado nas vésperas de uma disputa eleitoral e para não repetir o clima, não de debate democrático, porque o debate democrático é sempre positivo em qualquer circunstância, mas um ruído um processo que houve de distorções de formulações dizendo que o Programa Nacional dos Direitos Humanos propõe coisas que a rigorosamente não estão propostas e nem insinuadas, nós vamos conversar mesmo porque recentemente o Presidente Lula iniciou um diálogo direto com os Atingidos por Barragens sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência, bispos estiveram presentes, as lideranças e está em curso um processo que eu gostaria de termos tempo através de um seminário, de fazer a sintonia entre os dois processos, para o nosso relatório já incorporar e como a pauta da proteção aos atingidos por barragens envolve um programa energético que seguirá por anos, não é imprescindível que ele seja lançado ainda no momento em que não houve a necessária decantação, a calma, em torno do debate do PNDH, não é recomendado nenhuma repetição de dose em torno "...bom então com esse relatório propõe uma revisão do programa energético brasileiro etc e tal" - essa é a cautela, e eu estou estudando o relatório com muito cuidado que parece um relatório prévio muito bem construído, está pronto e partir disso faremos com os integrantes da Comissão Especial uma discussão para definir qual calendário mais adequado. Quero agradecer aos integrantes do Conselho, especialmente ao Vice-Presidente Dr. Percílio pela pronta intervenção no momento pior do ruído em torno do PNDH, o gesto de solidariedade, também a todos os demais integrantes de movimentos, entidades e aqui o Deputado Fernando Ferro, a Comissão de Direitos Humanos que realizou já uma audiência em pleno recesso para se iniciar o debate e depois uma outra também muito bem sucedida com o expressivo comparecimento e, ontem em

conversa telefônica com o Senador Azeredo, combinamos que a minha ida ou pelo menos a primeira ida, talvez uma ida unificada será no dia 08 de abril, eu tinha proposto a data do dia 31 de março, que ele não considerou adequada por ser a semana santa, portanto, um quorum menor, indagou se eu poderia estar - mera coincidência isso - poderia estar na semana que vem e eu não posso porque nós temos a 17ª reunião das autoridades de direitos humanos do mercosul em Buenos Aires, coincidido com o aniversário do golpe militar de 76 lá. Eu queria abrir esta discussão sobre o PNDH para termos uma oportunidade, o Conselho que é a instituição nacional uma das ações programáticas aprovadas ecoando uma decisão daqui é insistir na transformação do CDDPH em Conselho Nacional dos Direitos Humanos como o primeiro passo rumo a assunção plena do formato adequado aos Princípios de Paris, aquele que eu como representante do governo não terei mais lugar aqui e será uma entidade, uma instituição inteiramente autônoma sem a presença de representantes do governo no calendário que for possível construir, o convencimento das autoridades de governo pra isso, autoridades que serão responsáveis por assegurar os recursos orçamentários ao funcionamento que passará então a ter uma verdadeira característica de órgão ombudsman e não esse perfil duplo que tem hoje, que ele funciona, que funciona corajosamente como órgão independente, mas sempre com algumas dificuldades como quando o tema das comissões especiais, das diligências que nós chamamos talvez um pouco indevidamente de missões, as nossas missões, que se choca com algum programa de algumas das áreas de governo e se impõe toda uma situação de diálogo, de concertação e como ficou evidente no episódio do PNDH3, nem sempre essa concertação ela tem êxito, às vezes aflora a divergência, então eu queria que nós tivéssemos aqui uma primeira rodada antes de discutir os temas de hoje que serão informes densos que não são informes daqueles rápidos, são informes de viagens, de investigações concretas, *in loco*, de alguns problemas importantes que estão ai arrolados na pauta, eu queria que nós tivéssemos um momento, pela primeira vez, de reflexão em torno do que foi o lançamento do PNDH, lembrando para abrir essa conversa, que ele corresponde ao terceiro passo de uma caminhada histórica que terá muitos passos do qual terá o quarto, quinto, oitavo, décimo quinto, o primeiro programa nacional nascendo em 1996, dos primeiros paises do mundo e cumpriram uma determinação de Viena em 93 para que estados criassem um plano articulando a proteção, a promoção dos direitos humanos ele foi o primeiro programa que alguns participaram ativamente e também no bojo da discussão com a comissão de direitos humanos na câmara, com seminários regionais, com consultas da sociedade civil isso se ampliou em 2002 com uma consulta maior e com a inclusão dos direitos econômicos sociais e culturais, um tanto quanto ausentes no primeiro e deste de que aqui nós chegamos no final de 2005, na primeira semana de viagens e visitas que eu chamei de visitas de aconselhamento, pessoas-chave a quem eu perguntava quais eram as prioridades, quais eram os problemas, incluindo ai

figuras como Cláudio Rumes, Dom Luciano Mendes de Almeida, na visita ao Paulo Sérgio Pinheiro, o antecessor no cargo, ele se queixou disso, ele falou olha uma queixa é que não segue adiante o projeto do programa nacional dos direitos humanos, já há uma previsão de atualização dele, então nos dedicamos a isso e foi muito exitoso o processo como um todo com Presidente Lula no inicio de 2008 no Rio de Janeiro lá no dia do Holocausto, fazendo um discurso um chamamento ao mutirão, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Fórum de Entidades Nacionais parceiros das ultimas conferências, então entenderam a importância de a Secretaria Especial dos Direitos Humanos voltar a ser um terceiro parceiro integrante e esse trio articulou o processo que durante todo ano que propiciou que 14 mil pessoas participassem diretamente com aqueles momentos de emoção, a foto de uma presa no Piauí de dentro da cela mostrando o caderninho de teses preparatórias e ela então presa participando dando a chance de opinar como sobre poderia ser o PNDH3, entre 15 e 18 de dezembro, no dia 15 com a presença do Presidente Lula com muitos ministros, uma grande festa de participação democrática com as tensões da democracia que nós do governo perdemos inúmeras votações porque é assim na democracia, eu não acredito nessas experiências de alguns países que visito em que os grandes eventos de estado, da central sindical do partido e invariavelmente porque as votações são por unanimidade, então todo mundo vota cem por cento, é falso é sinal de que alguma outra etapa o debate foi contido, foi sufocado e ali se cria uma espécie de teatro de celebração, aqui não houve tensões duras e terminou com sentimento de muita unidade dessa celebração democrática, passo adiante, antes do natal eu disse para minha equipe nós precisamos de - Paula você não tira férias - porque nós precisamos de preparar o relatório dessa conferência até o final de janeiro e fevereiro no máximo, porque esse programa não pode ser lançado depois de julho, porque depois de julho começa o ano eleitoral, isso não foi possível por inúmeras razões, as próprias limitações nossas, a delicadeza da negociação com a sociedade civil, participante, ativa, soberana, independente, negociando passo a passo, por exemplo, foi aprovada na conferência a criação por decreto presidencial de uma comissão da verdade e justiça, que no PNDH3 está bastante flexibilizada para comissão nacional da verdade e não por decreto presidencial, mas por um projeto de lei, que o legislativo, soberano decidirá se quer fazer, quando e como, isso já estava no limite em que a sociedade civil sem perder o respeito, expressava criticas, desacordos, preocupações com eventual excesso de moderação, de negociação na nossa condição, e a minha leitura até o momento é que todo ruído ele tem inúmeras explicações, evidentemente desacordos dentro do governo sobre a condução do tema comissão da verdade representar uma espécie de pivor em torno do qual se erguem os outros desdobramentos, houve o tempo todo empenho nosso e do Ministério da Defesa em construir composição, chegamos muito perto disso e depois desacordos que foram publicizados, aliás a comissão de ética publica da presidência da república

acaba de enviar todos os ministros um pequeno ofício lembrando que os artigos décimo primeiro e décimo segundo do Código de Ética impedem a polêmica pública entre ministros uma espécie de recomendação de que não haja o que ocorreu quando houve desacordos públicos em que alguns ministros vieram publicamente expressar desacordos com tópicos do PNDH, assinado por 31 ministros inclusive por alguns que manifestaram esses desacordos, a comissão nacional da verdade é o único tópico inteiramente novo na comparação com o PNDH2 e o primeiro, o tema distorcido, falso de que o PNDH pretende introduzir censura à imprensa que levou a ABERT – (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), Associação Nacional de Revistas, a ler exaustivamente um comunicado em horário nobre expressando o seu ponto de vista, no comunicado diz: “O Programa Nacional dos Direitos Humanos propõe uma comissão do governo para criar” e o programa não propôe nenhuma comissão do governo a ação programática diz, definir critérios editorias para ranking das matérias sobre direitos humanos, valorizando as positivas, bem como, criando mecanismos de monitoramento das negativas, como o Ministério Público já faz e já fez em matérias de conteúdo homofóbico, como a Câmara dos Deputados já faz com o Programa “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, contra a cidadania, e o jornalista Fernando Rodrigues da Folha de São Paulo, provando que nem todos os colegas se envolveram naquele clima que teve raizes em características de um pequeno linchamento o Fernando Rodrigues mostrou, comparou o que o programa nacional dos direitos humanos dois dizia sobre o mesmo assunto e que objetivamente a formulação do atual é mais branda, mais flexível, menos exigente e lembra, mudam os tempos, mudam as análises, a questão do aborto, a maneira como é apresentada a discussão sobre os símbolos religiosos exibidos nas instituições públicas dos tribunais e qualquer outro ponto do Programa como construção humana e uma construção democrática, aberta, é evidentemente passível de erros, de imperfeições, de imprecisões, aqui com muita serenidade anunciamos de pronto que estávamos dispostos em promover correções, ajustes, aperfeiçoamentos, resgatando a natureza própria de um Programa Nacional dos Direitos Humanos, não é lei, não invade competências do Judiciário e do Legislativo, pelo contrário, uma das críticas contraditória na medida em que pretendia usurpar a competência do Legislativo e ao mesmo tempo está propondo vinte e sete iniciativas de lei, ele arrola, não propõe a maioria esmagadora das vinte e sete, já existe em tramitação, muitas delas há muitos anos e comunicamos formalmente a imprensa a CNBB que especificamente a passagem sobre o abordo nós vamos alterar, reconhecendo que a redação é uma redação que está diferente daquela que foi aprovada nas duas conferências nacionais dos direitos da mulher, então nós vamos corrigir esse erro que é de responsabilidade exclusivamente minha, não é do Presidente da República ou de nenhum Ministro, ou de nenhum assessor meu, essa é a minha esfera de responsabilidade e também depois de uma consulta ao Ministro Guilherme

Cassel e ao Desembargador Gercino nós vamos promover uma alteração no tópico referente à recomendação dos mecanismos de mediação pacífica de conflitos, não no sentido de eliminá-lo, assim como na questão do aborto, mas promovendo alteração na redação, no caso da defesa dos mecanismos de mediação pacifica de conflitos nós vamos corrigir retirando a referência a passo prévio e retirando a referência a oitiva daqueles que ocupam a terra e mantendo a recomendação de promover audiências, oitivas com o INCRA, com os institutos estaduais de terras, com o Ministério Público, com isso reconhecendo a imprecisão daquele enunciado e aproveitaremos a ida ao Senado, ou as idas, para colher eventuais outras sugestões positivas como essa, no caso do aborto qualquer uma das redações já constantes no PNDH1 ou 2, na linha de estimular a revisão da legislação coletiva envolvendo o aborto na medida em que configura-se uma situação grave de saúde pública em que as Nações Unidas recomendam numa decisão, numa declaração aprovada por unanimidade em Pequim em 95, o direito das mulheres controlarem todos os aspectos relacionados com a sua própria fertilidade e também a redação sobre símbolos religiosos que aqui todos sabem, Santa Catarina, por exemplo, que eu visitei ontem para a semana de recepção aos calouros, uma calorosa recepção dos estudantes em defesa do PNDH3, foi um estado com várias depredações de terreiros no ano passado e há ligações de que uma determinada igreja evangélica, não é a igreja evangélica como um todo, uma determinada, teria um pregador, Pastor, incitando, então haveria um vínculo entre a incitação e a depredação e se essa religião de matriz afrobrasileira de decidir recorrer ao judiciário a conveniência ou a inconveniência do juiz decidir um ambiente onde haverá um crucifixo, se o país tivesse metade da população cristã e metade mulçumana, o tema já se imporia como a cruz vermelha, não é mais cruz vermelha só, ela é cruz vermelha e crescente vermelho, a formação histórica do Brasil é de um País com uma esmagadora maioria cristã, ninguém pretendeu em nenhum momento retirar o cristo redentor do alto do cocorvado, aquela belíssima imagem, a própria mesa onde está o Presidente da República é envolvida por três crucifixos diferentes, mas nós vamos corrigir aquela formulação, no sentido de estimular o debate em torno da conveniência ou não, especialmente com as diversas religiões tendo em vista o caráter laico do Estado conforme artigo tal da Constituição, conforme orientação das Nações Unidas, a União Européia recentemente determinou à Itália, que agora a decisão foi revista, que retirasse os crucifixos das instituições públicas e nesse sentido, é o que se pretende também deixar claro o que a constituição histórica dos direitos humanos no Brasil não tem nenhuma animosidade com as religiões, isso pelo contrário, reafirma o pleno e total respeito de todas as religiões em particular no caso da igreja católica, igreja onde eu nasci, eu tenho dito que a minha própria vida talvez tenha sido salva por ação da igreja e eu trabalhei sobre o comando do D. Paulo Evaristo Arns, durante cinco anos para produzir o livro Brasil Nunca Mais com uma grande equipe, então é muito importante não deixar que esses elementos todos eles se desorganizem, se

confundam e a nossa postura será de humildade, de serenidade e de muita firmeza e determinação em levar adiante este debate, mostrando que nós queríamos formular e vamos continuar formulando a defesa de mecanismo de negociação pacifica de conflitos para que o País não tenha mais Dorothy Stang, não tenha mais Manoel de Mattos, não tenha mais Chico Mendes, já basta a democracia brasileira chegou a um ponto que é possível levar a adiante a solução judicial democrática política de qualquer conflito, sem sangue, sem o extermínio do interlocutor do pólo adversário, por último eu abro a palavra, lembrando que também pessoalmente uma revista de grande circulação nacional coloca uma foto minha como maluco em cima e houve referências pessoais desse nível à minha militância na oposição clandestina quando tinha dezoito, dezenove, vinte anos e com vinte anos preso por cinco anos, momento da minha vida de que me orgulho imensamente, muitos aqui tem uma vida parecida e isso foi jogado nessa revista na linha do tipo “não conseguiu no revolver e quer conseguir na caneta”, revelando que os direitos humanos tem mesmo que fazer um diálogo, conseguir a forma de discutir, conversar com a imprensa, porque com esse tipo de bloqueio, com esse tipo de sentença judicial na forma de notícia de imprensa, realmente a expansão dos direitos humanos seguirá tendo maiores dificuldades e cabe à imprensa um papel muito fundamental na construção nacional de um sistema de proteção, de qualquer maneira é muito importante que o debate daqui para frente seja inteiramente impessoalizado, toda vez que havia uma manifestação de solidariedade sem referência a minha pessoa eu gostava mais do que havia referência ao meu nome, eu sentia que referencia a personalização não ajuda ela atrapalha, nós estamos discutindo a situação de tal pessoa, nós estamos discutindo a situação dos direitos humanos no Brasil, e este Conselho tem um papel fundamental nos próximos meses, se ele decidir levar adiante a tarefa de debater, de dialogar com todas as entidades que representam aqui, com todo circuito de contatos que tem nos vários estados para que nós possamos, digamos, em meados do ano dar por definitivamente superado aquele momento de tensão de ruído e o calor começar a se dissipar para ser transformado em luz e passado as etapas seguintes previstas no PNDH que são a criação do comitê de monitoramento interministerial para começar mesmo no processo eleitoral reiterando a tecla de dos senhores e senhoras são testemunhas de quantas vezes a minha fala, a insistência que a pauta dos direitos humanos é uma pauta sobrepartidária, sobreoposição, situação, eu lamento profundamente que nesse ruído da virada do ano, tenha havido tanto tensionamento, inclusive de conteúdo eleitoral como foi acirrada a insistência de convocar a Ministra Dilma, por ser candidata presidencial, para ir lá convocada e responder sobre o Programa Nacional dos Direitos Humanos, evidentemente tem um titular uma pessoa, que tem que ser convocada como agora se conseguiu a substituição, está ainda em negociação entre uma convocação e cinco convites, se haverá fusão de uma ida só ou não, então a palavra está aberta e eu gostaria de que nós reservássemos ai até meia hora

para isso e em seguida passarmos para os pontos da pauta, Dr. Percílio por favor. **Percílio de Sousa Lima Neto – Vice Presidente do CDDPH** - Sr. Presidente eu trago inicialmente os cumprimentos do Presidente Dr. Ophir Cavalcante que lamentavelmente não pôde estar presente nessa primeira reunião de dois mil e dez deste Conselho, ele no exercício, recém empossado na Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Ministro Paulo Vannuchi** – um belo evento! **Percílio de Sousa Lima Neto – Vice Presidente do CDDPH** – Eu o vi na mesa, sem dúvida alguma ele hoje ele encontra-se fora do País e gostaria muito de estar aqui presente, mas ele pediu-me, sobretudo que registrasse o aplauso no trabalho de construção e revigoramento e reestruturação dos direitos humanos no Brasil, advogado por ser demais sabido só pode exercitar a sua atividade profissional em um clima de plenas liberdades democráticas sob pena dessa profissão não existir o plano da validade normativa, mas sobretudo ele pediu-me que registrasse aqui um ponto extremamente relevante no ponto de vista dos advogados que é o direito a memória e a verdade de uma forma absolutamente impessoal, com total neutralidade de valores e neutralidade axiológica, nesse momento em que se constrói uma democracia plena, depois de alguns anos já distantes de dificuldades vividas em um processo democrático, todos nós sabemos que uma democracia se constrói com divergências e pluralismo e a partir daí que nós os atores dessa cena poderemos definir o vetor, a partir do qual podemos balizar, o nosso procedimento. Outro ponto extremamente sensível a mim particularmente é a questão das comissões de mediação de conflito agrário, exatamente porque nós temos hoje prematuramente verdadeiros mártires na história recente do Brasil, pós-64, pós-85, que são as mortes da irmã Dorothy Stang, Manoel Mattos e Chico Mendes e é de fundamental importância que mantida a impessoalidade na definição dessa legislação a ser definida e, sobretudo dentro de um processo legislativo, o que afasta desde logo qualquer eiva que se possa atribuir de eventual autoritarismo ao contexto do terceiro plano nacional dos direitos humanos na discussão dessas questões extremamente relevantes porque não há um auditório, um plenário mais qualificado, do que o do Congresso Nacional sem dúvida alguma e esses dois pontos particularmente mereceram a atenção do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, independentemente do extraordinário valor e merecimento de todos os demais itens os seis eixos em torno dos quais giram esse terceiro PNDH, era só isso trazer esse aplauso, essa solidariedade, a palavra de apoio do novo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, e esperar que ao longo deste ano, saia sobretudo a nova legislação que defina a estrutura do futuro Conselho Nacional dos Direitos Humanos e que possamos continuar enfrentando questões extremamente tormentosa das quais duas tornaram pontuais no roteiro do CDDPH, é a questão do sistema prisional brasileiro e o estado de miserabilidade em que os nossos indígenas hoje estão vivendo, era isso Sr. Presidente, meus parabéns. **Ministro Paulo Vannuchi –** Muito obrigado, Dr. Percílio, Deputado Fernando

Ferro está inscrito e depois Dr. Fernando Santana. **Deputado Fernando Ferro** – Sr. Ministro Presidente do Conselho, Senhoras e Senhores componentes desse Conselho, eu quero em primeiro lugar pedir desculpas que me retirarei em seguida por conta de uma atividade no plenário da Câmara, mas aqui eu quero em primeiro lugar expressar a nossa solidariedade e o nosso compromisso com a construção coletiva do debate político dos militantes dos direitos humanos desse País que, cumprindo uma tarefa de gerações eu diria, para todo esse País esse instrumento, esse importante documento que o terceiro plano que é o terceiro PNDH, ele é sem sombra de dúvida, resultante de um debate que revela um País que acumula importantes conquistas no seu caminhar para consolidação do seu estado democrático de direito e nós sabemos que isso não é simples, nós temos um permanente conflito eu diria entre dois paises, das velhas estruturas oligarcas, do campo e da cidade, algumas em verniz de modernidade, que se recusam a acompanhar a história, o País que vive um momento fulgurante, digamos assim, do lado econômico com a sua projeção internacional, também da parte significativa na construção dessa nova estrutura social, desses novos espaços da democracia e da cidadania, e eu sou completamente otimista com esse caminhar, mesmo com todo sofrimento com as perdas que temos tido, eu sou otimista porque sinto que o sacrifício de várias pessoas, não foi em vão, e esse resultado aqui, é exatamente uma homenagem a memória dessas pessoas e é por isso que nos sentimos impelidos a abraçar, solidarizar, em comprometer com essa caminhada política que aqui nesse Conselho, bem situa, se situam as diversas pela sociedade e nos permite ter esperanças com esta caminhada e portanto, quero reafirmar o nosso compromisso enquanto parlamentar, enquanto cidadão com esse trabalho e acho natural que resistências que surgem na tentativa de desconstruir e desqualificar este texto, é focando ou pinçando detalhes de uma construção ampla conexão com várias áreas da sociedade, nas várias áreas da sociedade dos interesses da sociedade, é realmente uma medida pequena politicamente, mas que é portadora de pensamento que resiste as mudanças positivas que o país galga e atravessa nesse momento, portanto eu quero aqui deixar, essas palavras na nossa vida e agradecer o convite a participar dessa reunião, expressar o nosso compromisso e a nossa parceria para que no Congresso Nacional nós possamos tornar parte dessas responsabilidades que nos cabe, instrumentos definitivos de uma nação solidária, mais humana democrática e que seja capaz de responder as necessidade do nosso crescimento em todas as áreas e em todos os aspectos da nossas necessidades, então Sr. Presidente, agradecendo o nosso convite que aqui nos manifestamos, o nosso compromisso para estarmos juntos, nessa caminhada de vossa Excelência tão bem conduz e dizer que estamos solidários a vossa pessoa e também nos sentimos atacado quando aqueles contra o seu trabalho e a dignidade da sua história, da sua vida e pelo compromisso que tem demonstrado no exercício dessa função, que lhe foi entregue, com o governo do Presidente Lula, portanto, aqui está a nossa manifestação eu falo em nome

da bancada do partido dos trabalhadores e falo também como militante político e militante dos direitos humanos, uma boa tarde e eu peço as minhas desculpas em me retirar em função dos meus compromissos. **Ministro Paulo Vannuchi –** Muito obrigado, Deputado Fernando Ferro, líder da bancada do PT e eu reconhecido defensor histórico dos direitos humanos, agradeço muito as suas palavras e entendo a necessidade de se retirar para uma sessão na Câmara e está prevista na pauta os informes sobre o andamento do caso do nosso companheiro, seu assessor Manoel de Mattos, a recente visita ao STJ e atualização de que etapa está hoje o nosso empenho para fazer desse episódio a inauguração do expediente da federalização que passou a existir com a reforma do judiciário, eu passo a palavra ao Professor Fernando Santana. **Professor Fernando Santana** – Eu vou ser muito rápido, não pode estar presente no dia do lançamento do Plano, mas todos nós desse Conselho acompanhamos ao longo do tempo, através dos informes que Vossa Excelência nos prestava, o desenvolvimento do trabalho em que resultou na elaboração desse terceiro Plano Nacional e a nossa solidariedade, creio que Vossa Excelência já tem bastante consciência e convicção dela pela nota de solidariedade que todos nós assinamos como significativa de nossa adesão a esse trabalho com o magnífico que vem conduzindo por Vossa Excelência, eu apenas quero pontuar um dado, esses desvios ou esses equívocos, ou esses ruídos de interpretação que Vossa Excelência pontua, eles talvez tenham sito até muito bons, porque deram uma tal repercussão, uma tal discussão no referido Plano, que provavelmente a sociedade brasileira tomou conhecimento com muito maior abrangência do lançamento desse Plano, do que tomaria se não tivesse havido esses ruídos ou esse equívocos e quero trazer a Vossa Excelência uma informação que julgo importante que tantas e tais discussões elas causaram repercussão na sociedade brasileira, que lá em Salvador na condição de Coordenador do Curso de Graduação em Direito, que atualmente exerço, nós tivemos a oportunidade de fazer o nosso colegiado uma preposição no sentido de comissões interdepartamentais discutissem no âmbito da faculdade de direito esse Plano, e isso ganhou tal repercussão que professores do nosso departamento de direito público e direito privado, cada professor ficou responsável pela coordenação de estudo de um eixo do Plano, e cada professor coordenando estudantes do curso de graduação, responsáveis pela avaliação das diretrizes, e esse grupo de trabalho vai se reunir mensalmente para discussão a cada mês de um desses eixos com as suas diretrizes e nós pretendemos ao fim desse trabalho no âmbito da faculdade de direito fazer com que essas nossas conclusões em torno do estudo do Plano sejam levadas ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, onde também a faculdade de direito tem a sua representação, levando para o Conselho no âmbito estadual a discussão desse trabalho, e evidente no que resultar como avaliação, como reflexão nossa no âmbito da faculdade, nós também faremos chegar a Vossa Excelência como uma forma de colaboração para o desenvolvimento das soluções apontadas por esse Programa, e eu creio

que essa é uma iniciativa, muito importante, porque desperta o alunado da graduação em direito para uma reflexão detida e cuidadosa sobre o Plano, não apenas por via do noticiário da imprensa mas pelo aprofundamento dos estudos dos temas, creio que essa é uma contribuição que a faculdade de direito da universidade federal da Bahia está dando na linha de discussão do Plano Nacional dos Direitos Humanos e de aplauso à iniciativa da Secretaria e desse Conselho, era só isso Presidente. **Ministro Paulo Vannuchi –** Muito obrigado Dr. Fernando Santana e agora com a palavra Dra. Ivana Farina. **Dra. Ivana Farina** – Sr. Presidente e demais conselheiros e convidados, boa tarde, a posição que este Conselho adotou diante da repercussão e do trato da questão ficou no, nosso entender, externada de forma muito positiva na nota que foi emitida pelo CDDPH e, que no nosso entendimento, era questão necessária, até porque o CDDPH participou da elaboração do PNDH3 das discussões havidas e era sim um signatário dessas idéias, dessas propostas e também um organismo compromissado com o desenvolvimento das ações, que aqui estão narradas, como aqui eu exercito a representação do Ministério Público dos Estados, também tenho o dever de consignar que o Conselho Nacional de Procuradores Gerais se reuniu especialmente para tratar dessa pauta e o senhor já recebeu o resultado da manifestação após deliberação colegiada, que foi de apoio da instituição do Ministério Público ao PNDH3 tal qual ele foi formulado, isso significa dizer que a par da instituição do Ministério Público também estar em debate, como tantas outras instituições no nosso regime democrático, vale dizer que interessa ao Ministério Público o avanço na questão de garantia de direitos humanos e também faz coro a instituição com o lamentável quadro que nós encontramos ainda no nosso País, não seria imaginar qualquer questão diferente a de propositura de soluções diante do que nós assistimos no sistema carcerário, no que nós assistimos no sistema policial, e do que nós assistimos em todas as questões de direitos humanos como regra no nosso País, portanto, o senhor receba não só esse apoio reiterado, mas também o compromisso da instituição em fazer valer a sua função institucional prevista na constituição, mas também no movimento que para o nosso País se faz necessário, creio eu mais do que nunca. **Ministro Paulo Vannuchi –** Obrigado Dra. Ivana Farina, as palavras firmes e também generosas e passo a palavra ao Dr. André de Castro da ANADEP – Associação Nacional dos Defensores Públicos. **Dr. André de Castro** – Sr. Ministro Paulo Vannuchi, senhores Conselheiros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Associação Nacional de Defensores Públicos tem muita satisfação em reiterar e agora aqui na presença de todos o apoio e a assinatura do documento de apoio a Vossa Excelência e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos como um todo, o apoio e as congratulações pela elaboração do Programa Nacional dos Direitos Humanos, que vale ressaltar uma elaboração coletiva em um processo democrático que passou muito pela própria Conferência Nacional de Direitos Humanos que é um marco importante, um momento importante na história do Brasil, a cada ano que nós temos pra

que a sociedade possa debater o futuro, fazer uma avaliação, um balanço e debater o futuro dos direitos humanos no Brasil, as propostas que foram aprovadas também são trazidas nesse documento e esse é um Programa para servir de base para orientar o trabalho de todos nós para esse próximo período, para os defensores públicos esse é um documento essencial em todos os seus aspectos todos eles poderiam pinçar alguns ou um especial que é muito que está sendo muito debatido nessa semana que é a questão do sistema carcerário, a Comissão de Direitos Humanos da ONU como todos sabem eles tiveram reunidos ontem em Genebra debatendo um caso muito triste ocorrido aqui no Brasil, não um pequeno episódio, mas algo que aconteceu por muito tempo e continua acontecendo que é o sistema prisional brasileiro como um todo, mas em especial o caos no sistema prisional no Estado do Espírito Santo, não foram poucos os alertas ao Estado do Espírito Santo para tentar reverter essa situação, não foram poucas as advertências, inclusive deste Conselho que trabalhou o tema, muito bem lembrado, e a omissão do Estado Sr. Ministro e Srs. Conselheiros a nosso sentir foi contundente, então o que está se vendo e que se viu em todas as imagens das tragédias que ocorreram nos piores momentos do sistema prisional do Espírito Santo era absolutamente previsível, lamentamos que isso chegue a conhecimento e se estronda proporções internacionais, mas se é a única forma para que se resolva este problema que assim seja, o que não pode permanecer da forma como está o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana tem um papel importantíssimo, nesse sentido, e, por exemplo, ao formular este Programa orientar e encaminhar a discussão para elaboração desse Programa ele aborda, não só a questão do sistema prisional, não só problema de acesso à justiça, mas os direitos das mulheres, do direito da memória e da verdade, é importante destacar é o direito que toda nação tem reivindicado, é um tema polêmico de que sem sombra de dúvidas, importante enfrentar temas polêmicos sim e trazê-los para o debate como o Conselho ele vem fazendo na Secretaria Especial dos Direitos Humanos, então portanto, nós deixamos aqui a nossa congratulações pela elaboração do Programa e nosso restrito apoio a Vossa Excelência e a Secretaria. **Ministro Paulo Vannuchi –** Muito obrigado Dr. André, agora o Dr. Gilson Cardoso do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. **Dr. Gilson Cardoso** – Sr. Presidente Ministro Paulo Vannuchi, demais Conselheiras e Conselheiros, para todos uma boa tarde, eu gostaria de colocar algumas observações com relação ao PNDH3 - Programa Nacional dos Direitos Humanos, que nós do Movimento Nacional dos Direitos Humanos historicamente acompanhamos todo esse processo desde o segundo seminário internacional de direitos humanos em 93, em 94 existia uma agenda positiva de direitos humanos assim passamos pelo primeiro e segundo em 96 e 2002 e agora finalmente o PNDH3, eu quero afirmar para vocês que nós do Movimento Nacional dos Direitos Humanos não éramos o interlocutor direto que era o fórum de entidades, entretanto, nós nos colocamos a todo momento a disposição dessa discussão e acompanhamos desde a criação como GT

nacional é um GT paritário, do governo e da sociedade civil até as discussões nos Estados e também os GTs paritários, enfim, eu quero reafirmar o meu apoio ao Ministro Paulo Vannuchi, por ele ser o titular e por ser ele quem liderou essa conferência, mas evidentemente que fizemos isso juntos, eu me sinto privilegiado de ter participado de todo esse momento e esse processo e a nossa defesa não só a defesa apenas de um livro e sim de todo um processo que afirmo eu ser democrático por ter sido discutido entre sociedade civil e governo e conseguindo com isso fazer com todos os estados pudessem discutir na medida do possível, isso para mim foi importantíssimo e a diferença é que conseguimos fugir da armadilha de tratar direitos humanos de uma forma fragmentada como muitas vezes fizemos para uma visão de direitos humanos, uma visão transversal e pela primeira vez aí sinceramente a gente precisa dizer que é o senhor Ministro que conseguiu fazer com que 31 Ministérios estivessem na discussão e terem assinado este programa, portanto, eu quero dizer e reafirmar que essa relação sociedade civil e governo não foi fácil o governo não ganhou tudo na discussão, mas nem nós da sociedade civil, tem coisas aqui que nesse programa que eu não aprovo, mas eu não vou jamais gritar contra pontos já que nós pactuamos, uma discussão de fato democrática, no governo Lula os avanços democráticos estão ai no avanço dos direitos humanos, entretanto, existe muita coisa para ser feita e foi ai que a gente que estamos juntos para discutir todas essas situações, todo esse processo democrático que o Brasil precisa avançar, então eu quero terminar dizendo que o meu apoio a esse processo democrático e reafirmo e digo pode ser esse resultado dessa conferência que ela está morta, mas também pode ser um instrumento que faça avançar a democracia de direitos humanos nesse País, depende muito de nós, muito obrigado. **Ministro Paulo Vannuchi -** Muito obrigado Dr. Gilson, agora com a palavra o Dr. Carlos Eduardo, diplomata da divisão de direitos humanos do Itamaraty nosso anfitrião a quem agradeço essa gentileza bem diferencial dos pães de queijo, por favor. **Dr. Carlos Eduardo** – Obrigado senhor Ministro eu saúdo ao senhor e a todos os demais membros do CDDPH é uma honra para o Ministério das Relações Exteriores receber as reuniões do conselho e os senhores todos sabem que a promoção e a proteção aos direitos humanos é algo que constitui e bem mais de um sentido uma razão de estado que o Itamaraty que foi chamado a representar o Plano Internacional, por isso nós recebemos com muita simpatia a possibilidade de recebê-los em mais uma reunião do CDDPH aqui na nossa sede, eu gostaria de fazer uma pré-referência Ministro ao que o senhor já citou no inicio de sua apresentação acerca do significado do Plano Nacional dos Direitos Humanos a luz de compromissos do plano internacional, o senhor havia mencionado que a conferência mundial de direitos humanos ocorrida em Viena em 1993 aprovou por unanimidade uma declaração e um plano de ação que previa como uma ação a ser desempenhada pelos Estados que aderiram aquela declaração implementar um Programa Nacional de Direitos Humanos, o Brasil foi uns do primeiros paises do mundo a apresentar um programa nacional em 1996, pelo

que nós somos reconhecido no plano internacional, esse esforço não se esgotou em uma primeira iniciativa, nós tivemos o segundo programa e agora o terceiro programa, reconheces-se que o engajamento do estado em diálogo com a sociedade civil na discussão e na formulação de princípios vetores que orientem a atuação do estado no que diz respeito a promoção e a proteção dos direitos humanos é algo importante para que este estado se dote de mecanismos mais adequados no campo dos direitos humanos, isso que é plenamente reconhecido pela comunidade internacional, constituiu um objeto de compromissos nesses planos internacional e que foi mais uma vez reafirmado em 2008, Ministro, quando por iniciativa brasileira foi aprovado por consenso pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas um conjunto de dez metas internacionais em direitos humanos, uma das quais era a se engajar os Estados na elaboração de um programa nacional de direitos humanos, o nosso programa, ele tem uma peculiaridade que é o fato dele ter levado em conta toda gama de recomendações que já haviam sido dirigidas ao Brasil por mecanismos internacionais no campo dos direitos humanos, sejam eles os órgãos de tratados, dos comitês de tratados, sejam relatórios especiais, essas recomendações foram discutidas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e o fato de muitas dessas recomendações terem sido incorporadas ao nosso programa é também objeto de reconhecimento no plano internacional, discute-se muito de que maneira internalizar recomendações dirigidas por órgãos internacionais e o modo de elaboração do programa ilustra de maneira bastante exitosa uma maneira de enfrentar essa questão, muito obrigado. **Ministro Paulo Vannuchi –** Obrigado Dr. Carlos Eduardo por importante complemento da incorporação das recomendações e das diretrizes do Sistema ONU eu daqui a pouco vou relatar um pouco a minha conversa com a Alta Comissária dos Direitos Humanos sobre o PNDH, duas semanas atrás lá em Genebra e passo a palavra agora ao Dr. José Luiz Teles – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, nós convidamos alguns conselhos vinculados a Secretaria para estarmos juntos hoje aqui e nos momentos subseqüentes para partilhar e integrar mais ação, Dr. Luiz Teles por favor. **Dr. José Luiz Teles** - Boa tarde a todos os Conselheiros, boa tarde Presidente Paulo Vannuchi, quero primeiro agradecer a oportunidade de estar aqui presente e a felicidade de poder compartilhar com todos vocês essa discussão que é nada mais nada menos do desdobramento do que já vinha sendo feito no processo que culminou com esse plano, mas ele não termina no programa e ai só sendo breve para dar um informe no entendimento de que o processo que deve ser continuado, uma vez lançado programa ele deve servir de base para as discussões no movimento social e no conselho nacional dos direitos do idoso, juntamente com o Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência realizou há três semanas atrás uma videoconferência convidando todos os conselhos estaduais dos direitos do idoso e de direito da pessoa com deficiência cuja pauta era especificamente o programa de direitos humanos esse programa nacional o PNDH3 e foi uma felicidade muito grande, ambos os

conselhos juntos debatendo o programa fundamental pra agenda tanto da pessoa idosa, quanto para pessoa com deficiência e a adesão a videoconferência foi fantástica todos os estados onde dois conselhos juntos estaduais e também além de quem não tinha acesso a Interlegis, tinha acesso a Internet e uma série de questões foram colocadas aos integrantes da mesa, enfim, estimulou-se que os conselhos estaduais os conselhos municipais também abraçassem a proposta de aprofundar o processo de discussão no programa nacional, fazendo com esse programa não seja, não é Gilson, uma letra morta e seja uma letra viva que efetivamente alimente os movimentos sociais, gostaria de agradecer o convite e poder estar aqui presente, muito obrigado. **Ministro Paulo Vannuchi –** Muito obrigado Dr. Teles, agora sem inscrições, então eu só quero relatar rapidamente que no dia 01 e 02 de março estive em Genebra, é a reunião anual chamada Segmento de Alto Nível do Conselho de Direitos Humanos da ONU e no discurso que foi preparado sempre conjuntamente com a nossa missão no Conselho de direitos humanos, a embaixadora Maria Nazaré de Azevedo nós fizemos o discurso de 10 minutos, então fizemos um resumo das principais intervenções do Brasil nesse momento no conselho com destaque na preposição em conjunto com o grupo africano de uma nova campanha contra o racismo através dos esportes no ensejo da copa do mundo a África do Sul e a seguinte aqui e as olimpíadas e há manifestações gravíssimas de racismo e nessa iniciativa também o Brasil já tem a experiência da campanha de acessibilidade do CONADE que nós já saudamos aqui vários jogos de futebol por milhões de brasileiros eles puderem ver pela televisão e milhares no estádio os seus times do coração entrando em campo com a bandeira da acessibilidade e suscitando longos comentários explicativos que representa isso do segmento e seus direitos e terminei o meu discurso mostrando da tribuna o Programa Nacional dos Direitos Humanos, inclusive registrando que o seu lançamento no Brasil ensejou criticas que com a profunda índole democrática do governo Lula acatamos todas sem exceção com serenidade e vamos transformar em dialogo de esclarecimentos e oferecendo o Brasil e manifestando o seu interesse em intercambio com os demais paises nesse tema específico, o Brasil nesse sentido, é certamente um dos paises do mundo que já tem mais desenvolvimento, eu não sei se tem outro país que já está na sua terceira versão, quando no encontro que costumamos assegurar com a cada ano com a comissária Nary Pillay que visitou o Brasil recentemente ela recebeu com as palavras parabéns e me fez elegios pessoais que não interessam pela importante vitória quanto eu estive no Brasil com o Presidente Lula no Brasil ele ainda não estava decidido pela constituição da comissão da verdade e vocês conseguiram é muito importante que o Brasil dê esse passo, e nós solicitamos a ela que evidentemente sem nenhuma ingerencia porque a ONU não faz isso nos assuntos de soberania brasileira que ela peça a sua equipe um parecer técnico sobre o programa nacional dos direitos humanos ao acordar esse conjunto de temas que aborta uma das criticas no Brasil foi de que o programa ultrapassa o âmbito dos

direitos humanos e invade áreas que não seriam dos direitos humanos, então virá um parecer técnico do escritório da Alta Comissária, escritório que já foi presidido pelo brasileiro Sergio Vieira de Mello, lembremos, morto no Iraque, dizendo se o Programa é ou não construído em acordo e sintonia e respeito aos parâmetros internacionais da ONU. A mesma coisa temos recebido, ela publicou no domingo anterior, 28 de fevereiro, Folha de São Paulo, página 03,um artigo dela se posicionando sobre o PNDH e sobre a comissão da verdade, a Alta Comissária das Nações Unidas, a sul-africana Navi Pillay. Na OEA, estivemos com o Secretário-Executivo, Santiago Canton, que coloca a Comissão de direitos humanos inteiramente á disposição para ajudar nesse debate, ele visitou o Brasil num contexto de uma das reuniões do Grupo de Trabalho, que já nasce como desdobramento do PNDH, foi a primeira ação concreta, fruto concreto dele, o noticiário de imprensa quase sempre foi muito confuso, muito distorcido, os jornais estampavam na primeira página "Programa prevê comissão da verdade contra a anistia" e o colega jornalista não teve a cautela de ler o programa para ver que estava explicitamente acordado entre os ministros da Defesa e de Direitos Humanos o consenso de que a Comissão da Verdade observará os dispositivos da lei de anistia de 1979, então gasta-se agora um tempo enorme para construir a elucidação de algo que bastava a notícia ter vindo no primeiro momento correta, de que não há nenhuma contradição com a lei de anistia, nenhuma comissão da verdade das 30 (trinta) em funcionamento tem papel judicial, de julgadora e de punição, a comissão da verdade é, via de regra, constituída por notáveis, desenho que tem se revelado melhor do que a composição por representações de interesse, então representantes de forças armadas, representantes de presos e vítimas, experiências de alguns paises tendem a uma paralisia, o processo não anda, e comissões da verdade, por exemplo a da África do Sul, liderada por Desmontutu e a de Ernesto Sábato na Argentina deslancharam no sentido de pessoas que se posicionam claramente sem abrir, sem um alinhamento, mas se concentra naquilo que é central, como regra geral, a tarefa de uma comissão da verdade, fazer referência a qualquer violação de direitos humanos que tenha ocorrido, mas sempre tendo como centro a responsabilidade dos agentes do Estado, nesse sentido, o grupo de trabalho em curso realizou um workshop de dois dias e nesses dois dias foi possível resumir todas as diferentes experiências para agora numa reunião que segue essa semana e na semana que vem começa a completar o projeto que até abril, segundo o Programa Nacional de Direitos Humanos, deve ser enviado ao Legislativo. Quero também informar que nesse sentido, nós estamos concluindo a construção do terceiro livro, terceiro filho, do livro direito a memória e a verdade, o livro foi lançado em agosto de 2007, que teve uma importância grande no sentido de retomar o diálogo, o debate democrático sobre esse tema, ou esse passado tem de ser esquecido e bloqueado ou esse passado tem de ser ampliado, conhecido, qual o caminho é melhor para assegurar a não repetição que deve ser o acordo de todos nós, ninguém quer voltar àquilo,

ninguém tem espírito revanchista, mas há duas idéias, a ideia de que debater abre feridas e a ideia de que só trabalhando as feridas conseguiram finalmente cicatrizar e o país seguir adiante e melhor munido de políticas públicas, de acordos, de compreensão, de reconciliação para não repetição no futuro. E a reconciliação não pode ser feita com a ideia de que “que ninguém mais pergunte onde está o corpo de Rubens Paiva ou de Honestino Guimarães ou Stuart Angel Jones ou de Paulo Wright”, é direito perguntar e os defensores dos direitos humanos perguntarão por décadas até o dia em que finalmente o país tome a decisão inevitável, e se conseguirmos agora melhor porque ganhamos tempo de fazer o procedimento e eu repito que os maiores beneficiários da Comissão da Verdade serão as Forças Armadas, o Exercito, a Marinha e a Aeronáutica que em 21 anos têm provado o seu alinhamento com o Estado Democrático de Direito, nenhuma intervenção na arena política, nenhuma situação como de países vizinhos de intervenções, ameaças, Forças Armadas já estão com tarefas de direitos humanos no Haiti e aqui no Brasil em várias áreas, não é justo que pese sobre os ombros dela violências que foram praticadas por uma dúzia, duas dúzias, algumas dúzias de torturadores num regime que em nenhum momento estabeleceu como regra a utilização de tortura, pode ter havido até orientações informais de comando, mas nunca foi regra desse regime, quanto mais cedo o Brasil fizer isso, mais consenso haverá em torno do respeito e do orgulho que cada cidadão brasileiro tem de ter pelas suas Forças Armadas num verdadeiro Estado democrático de direito. Não há dúvida de que isso acontecerá. A dúvida é se acontecerá em um ano, em cinco, em dez ou em vinte essa marcha da democracia no Brasil, que não dispensará essa etapa que é o reconhecimento formal, o pedido de desculpas, a desvinculação da instituição dos crimes não políticos que a tortura jamais é um crime político. O primeiro filho do livro foi uma pequena brochura lançada na 2ª Conferência de Igualdade Racial, com o Ministro Edson Santo e nós, sobre os 40 afro-descendentes mortos na luta contra a ditadura, o segundo foi em dezembro na Oitava Conferencia Nacional de Criança e Adolescente um livro sobre a criança na repressão política, a criança usada como instrumento de ameaça sobre o pai e a mãe e torturados às vezes sendo diretamente atingidas pela violência coisa que a minha consciência humana tem ainda repulsa em aceitar que tenha existido adolescentes mortos, como o Marco Antonio Dias Batista, de Goiânia, com 15 anos, desaparecido político, sua mãe Dona Santa veio para o encontro com o Ministro da Defesa e o Vice-presidente José Alencar que me chamou para a Audiência para pedir 36 anos depois notícias sobre a localização de seu filho de 15 anos morto que ela queria enterrar antes de morrer e retornando à Goiânia faleceu num acidente na rodovia. O terceiro livro será lançado daqui a duas semanas sobre a mulher, as 45 mulheres que morreram e depoimentos de 27 mulheres sobreviventes, mulheres que dão o seu nome, mulheres que ocupam cargos hoje no estado, na sociedade civil, dão aulas em universidades e não deve ser fácil para uma mulher fazer como fazem em depoimentos curtos contar que foram torturadas,

torturadas sexualmente, que foram vítimas de estupros, algumas sofreram abortos, uma delas teve o filho nascido aqui no DOI-CODI depois de interrompidas as torturas, esse livro vai ajudar a construir o necessário consenso nacional sobre a importância da reconciliação sem revanchismo e essa reconciliação tem de ser com o conhecimento. Estamos preparando a revista número cinco que essa será inteiramente dedicada à discussão do PNDH3, centrada nas críticas principais: a crítica que veio da ABERT, ANJ, Associação de Revistas, a crítica da Confederação Nacional da Agricultura, a crítica dos setores religiosos marcadamente pela igreja católica, elas estão apresentadas, um dos artigos sobre a importância da comissão nacional da verdade é do presidente Cesar Britto que tanto apoiou a causa dos direitos humanos num mandato que termina tendo todas as características de ser um mandato histórico e desejamos ao Dr. Ophir, novo presidente, que siga nessa trilha e reforce. Também estamos planejando e já realizando uma seqüência exaustiva de viagens pelo Brasil inteiro, ontem a noite foi Florianópolis, com trezentos calouros, estudantes, sexta-feira foi a faculdade de direito do Largo São Francisco, aquela faculdade que teve Castro Alves é de seus alunos, na tarde do mesmo dia foi a aula inaugural do curso técnico de formação da Fundação Oswaldo Cruz, nos baquinhos uma juventude de 17 anos com o PNDH na mão e temos agora convocações para diferentes universidades, OABs, a do Rio de Janeiro, em especial o Presidente Wadih marcou para o dia 17 de abril uma campanha nacional centrada no direito a memória e a verdade, apoio à comissão nacional da verdade com artistas, Fernanda Torres e outras, em outdoors peças publicitárias se engajando nesse tema e acho que cada um dos conselheiros e conselheiras e convidados está engajado dessa tarefa que é uma tarefa de debate, onde houver agressão com ontem em Florianópolis, foi muito importante um jovem, não tão jovem, já na faixa dos trinta anos com o cabelo chegando aos ombros que pela primeira vez nos quatro anos e três meses que estou nesse cargo ele pega o microfone para dizer que a comissão da verdade que nós propomos ela não conta a verdade, ela conta só um lado e aí tira um livro “ A verdade sufocada” de Carlos Alberto Brilhante Ustra e lê passagens do livro e foi muito importante porque eu pude me dirigir a ele durante quase vinte minutos dizendo da importância de ele vir para ele dizer o que tinha para falar e repeti tudo isso que eu digo aqui, o que estou dizendo de que se trata de seguir adiante o Brasil deve, o Brasil fará ainda, quanto mais cedo fizer melhor essa superação pelo reconhecimento. Nós tínhamos previsto uma apresentação de PowerPoint pela nossa assessora Christiana Freitas, que faz um resumo dos principais pontos, que deve durar de 15 a 20 minutos. Essa apresentação fica disponível para todos que queiram levar cópia para os estados, eu provavelmente vou levar para o Senado essa ou uma mais atualizada pois a ida lê é sobretudo para elucidar, esclarecer e de transformar em divergências naturais aquilo que foi interpretado como agressão, como ataque. Pergunto se fazemos essa apresentação, pelo tempo é possível. Ok, então por favor Dra. Christiana.**ITEM 02)** O Programa Nacional de Direitos

Humanos – PNDH3 e sua interação com o CDDPH. Contextualização sobre o processo de revisão e atualização do PNDH **Expositora:** Assessora da SEDH, CHRISTIANA DE FREITAS. A assessora informou o resultado de um grupo de trabalho para mobilização que na qual o Dr. Erasto Fortes está atuando como Coordenador Executivo. Em 2008 foi assinado Decreto presidencial de 29 de abril em que convocava a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (11ª CNDH) com o objetivo de "formular propostas para a revisão e a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos", bem como a Portaria 344 da SEDH/PR que instituiu Grupo de Trabalho Nacional para coordenar as atividades preparatórias da 11ª CNDH, em formular propostas e orientar as conferências estaduais e distrital. Houve participação de cerca de 14 mil pessoas ao longo de todo o processo de revisão e atualização do PNDH II e construção do PNDH-3, com 137 encontros prévios às etapas estaduais e distrital: conferências livres, regionais, territoriais, municipais ou pré-conferências (maio a agosto); 27 conferências em todos os estados e no Distrito Federal, prévios à etapa nacional (agosto a outubro); 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (15 a 18 de dezembro). Esse processo de ampla interação democrática entre o Estado e a sociedade civil teve participação da sociedade civil; dos ministérios; consultores que ficaram responsáveis pela elaboração de subsídios para a revisão e atualização do PNDH, bem como uma equipe da SEDH organizando reuniões, seminários e oficinas. O PNDH 3 foi assinado por 31 Ministérios e define as diretrizes nacionais da Política de Direitos Humanos do governo, apresentando as bases para uma Política de Estado de Direitos Humanos e incorporando os princípios da Declaração de Viena (1993): universalidade; indivisibilidade e interdependência. Ainda explicou o bojo do PNDH I (1996) em que contempla os direitos civis e políticos; o PNDH II (2002) que incorpora os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Salientou que foram editadas 702 resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos; com deliberações aprovadas nas 50 conferências nacionais temáticas realizadas pelo Governo Federal até 2008; convenções e tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Estado brasileiro; recomendações dos Comitês de monitoramento da implementação das Convenções de Direitos Humanos da ONU e da OEA e recomendações dos relatores especiais da ONU e programas e planos do Governo Federal. Informou ainda que o PNH 3 foi estruturado por 06 eixos orientadores; 25 diretrizes; 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas encerrando assim sua apresentação. O Ministro retomou a fala e deu seqüência aos informes. **ITEM 03)** Informes do CDDPH. Informe sobre a missão a Dourados e Campo Grande/MS pela delegação constituída com fulcro na Resolução nº 01/09 do CDDPH. Expositor: Dr. PERCÍLIO DE SOUSA LIMA NETO, Vice-presidente do CDDPH. O Vice-Presidente informou que o Grupo de Trabalho constituído para apurar a situação que se encontram os indígenas Guarani Kaiowa e Nhandeva se deu em decorrência de recebimento de denúncias recorrentes. Informou que quando estavam se deslocando o

motorista do Ministério Público Federal, do carro que os conduzia, narrou um episódio que havia ocorrido recentemente com policiais rodoviários federais que avistaram 02 crianças índias que estavam deitadas no acostamento e ao perguntarem o que elas ali faziam, não obtiveram respostas, apenas um sorriso, assim que saíram escutaram uns gritos e viram um caminhão de cana-de-açúcar que estava passando na pista e as criancinhas se jogaram na frente, cometendo suicídio, sendo esmagadas. Assim retomou a fala ressaltando que foram narrados vários índices de suicídio, o que se comprova que há uma situação de desaparecimento forçado, de total abandono e essa é a situação dos indígenas no Estado. A questão da demarcação de terras indígenas tem que ser retomada, pois as conversas já haviam se iniciado. Na segunda, dia 08 de março, deslocamo-nos para Passo Piraju, uma parte do grupo visitou um centro de reabilitação de crianças indígenas desnutridas e à tarde estivemos no Presídio Hanry Amorim. Informou ainda que o CNJ tinha estado lá há 15 dias no Presídio. Na aldeia de Laranjeira Ñanderu salientou que os indígenas vivem em acampamentos, totalmente abandonados, passando necessidade em decorrência da escassez para condições de plantio, uma miserabilidade total. Encerraram a visita e no outro dia (09/03) estiveram na FAMASUL, pois torna-se fundamental que esse diálogo seja retomado, à tarde com o Governador que conhece a realidade como ninguém, e nessa ocasião outro grupo saiu para reunião com o Procurador-Geral de Justiça e logo após seguiram para o Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa. Ainda, tiveram reunião com a Superintendência da Polícia Federal e antropólogos. O Dr. Fernando Matos informou que na reunião com a FAMASUL conseguiu enumerar 03 pendências que precisam ser solucionadas para recuperar o diálogo. O primeiro se dá na alegação de que existem pendências do Governo Federal que não honrou compromissos assumidos de pagamento de indenizações, então como os fazendeiros poderiam colaborar para a demarcação de terras se no passado não foi cumprido. O segundo ponto tem ampla ligação com o primeiro, que é o ressarcimento aos produtores rurais, pois se trata de amplos territórios a serem demarcados e hoje a Constituição prevê a indenização das benfeitorias e não a indenização da terra nua e existem então duas possibilidade, uma mais complexa que é através de uma Emenda a Constituição, que sabemos todas as dificuldades de uma tramitação legislativa, ou outras alternativas, como por exemplo, repasse do recurso federal para o fundo estadual que possa fazer aquisição das terras e de várias outras sugeridas. Com todas as autoridades que mantivemos contato existem sugestões de se utilizar terras que estão lá em forma de permuta, ou outras alternativas que não sejam apenas essa de pagamento da terra nua. O terceiro ponto é o funcionamento dos grupos técnicos da FUNAI, segundo a FAMASUL a FUNAI se recusa a dizer que áreas, que fazendas pretendem visitar por isso entraram com essa ação na justiça federal, demandando que a FUNAI notifique todos os proprietários, que interrompeu o diálogo que estava sendo conduzido pelo Ministério da Justiça sob a Coordenação do Dr. Pedro Abramovay e por outro lado a FUNAI solicita

a lista dos associados da FAMASUL, cujas terras são nessa região de estudo, para notificarem suas entradas na “fazenda tal”, “de propriedade de tal”, esse impasse virou uma batalha judicial e se vislumbra então duas formas de se superar essa situação: uma se a FUNAI fizer um parecer com base nas informações que já dispõe, seja por registros orais, pois vários antropólogos falam da dificuldade de ter vestígios, pois ao longo dos anos com a colheita e com a plantação de soja os vestígios de antigos aldeamentos indígenas foram destruídos, essa então seria uma forma incompleta que daria com certeza margem a novos debates judiciais questionando os trabalhos da FUNAI; o segundo seria superar esse impasse de identificação das áreas e na titulação de lista de proprietários, a FUNAI notificaria o proprietário de que haveria a atuação do grupo técnico local, o fazendeiro informaria se quer acompanhar ou não o trabalho dos antropólogos, segundo a FAMASUL seria fundamental para o direito do contraditório e ampla defesa e por fim cairíamos no segundo ponto como seria feito o ressarcimento uma vez identificada se a terra é indígena, então o ponto principal é a definição de como será feito o ressarcimento aos proprietários. O Dr. Percílio informou a garantia das terras indígenas demarcadas e homologadas é um ponto já constatado e colocado no PNDH 3 e que o relatório final desse grupo do CDDPH será apresentado em momento oportuno. A Dra. Juliana Miranda salientou ainda que a comunidade que está acampada à beira da BR 163 informou a situação alarmante que vivem, e disseram que dentro de um mês se a situação não estivesse resolvida eles retornariam às terras que eles tinham sido expulsos em decorrência da reintegração de posse. O Dr. Percílio reforçou ainda que quem visita aquela região sente uma imensa tristeza em decorrência da situação que ali se apresenta. O Dr. Salmeirão salientou que houve um rompimento das tratativas, e estavam sendo discutidas várias alternativas das quais essas que o Dr. Fernando citou e confirmou que a FAMASUL entrou com uma ação judicial e obteve a resposta de suspensão de todos os trabalhos da FUNAI e por conta dessa decisão, houve uma indisposição por parte da FAMASUL e do próprio Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, então esse rompimento de negociações não se deu por vontade da FUNAI, nem do Ministério da Justiça, nem de vários órgãos que estavam no movimento. Hoje estão diante de uma batalha judicial e temos inúmeros processos judiciais e o próprio Governador informou que não faz sentindo continuar as tratativas já que tem decisão para suspender todos os trabalhos. Quanto a essa decisão judicial, a FUNAI conseguiu revogar, mas posteriormente terão decisões judiciais que obriga a notificar não só os proprietários, mas todos os ocupantes das áreas em estudo, isso é impraticável, não se consegue cumprir uma decisão assim, porque não se trata só de proprietários e também de posseiros, grileiros, que inviabiliza a notificação de todos, pois se alguém não tiver sido notificado anula todo o processo e a FUNAI está com pedido de suspensão no STJ e o próprio Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e isso através de notícias, firmou convênios nessa área de estudo, no sentido de repassar recursos

orçamentários e financeiros para se prepararem diante desses trabalhos da FUNAI, ontem esteve presente em Campo Grande para tentar conciliação em uma das ações da FAMASUL e foi colocado que a FUNAI está disposta a aceitar, dialogar e buscar alternativas. O representante do MRE, Carlos Eduardo, salientou que a situação dos indígenas Guarani Kaiowa já foi objeto de várias campanhas e objetos de diversos pedidos de informação das Nações Unidas, envolvendo direito humano a alimentação adequada, saúde, etc. E o Brasil recebeu um relator especial da ONU para tratar da situação dos povos indígenas e fez várias recomendações e em breve receberão os pedidos para que o Brasil ofereça respostas, e já informa o CDDPH que o Brasil será demandado nessa questão. O Ministro ressaltou que o relatório deve suscitar a esse conselho alguma iniciativa concreta de constituição de uma nova Comissão Especial, pois é um quadro intolerável e já vai antecipar que fará uma conversa com o Ministro Luiz Paulo Barreto. **ITEM 03)** Informes do CDDPH sobre a Audiência Pública, na Assembléia Legislativa de Goiás, referente a violência policial no Estado. Expositora: DRA. IVANA FARINA, Procuradora de Justiça, representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG. A Dra. Ivana Farina informou que foi indicada para participar, em nome desse Conselho, na audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para discutir a questão da violência policial, especialmente da polícia militar do Estado de Goiás. Esta já é a 5ª iniciativa do CDDPH com relação à violência policial do Estado de Goiás de 2003 até hoje. Em 2003 o CDDPH atuou para a questão da violência do Entorno do DF. Ainda em 2003, foi instituída uma Comissão Especial e a questão era relativa a Grupos de Extermínio e um desses casos foi desvendado, tendo transito em julgado desse processo. Em 2004 as violações de direitos humanos no Entorno de Goiás se estendiam ao DF, então a Câmara Distrital solicitou que essa atuação da Comissão Especial se estendesse para o DF e isso foi feito. Em 2005 houve uma desocupação no Parque Oeste Industrial com morte de ocupantes, mortes anunciadas por diversos meios, e o CDDPH constituiu uma Comissão específica para esse assunto. Desta Comissão se originou uma Subcomissão para acompanhar o processo judicial que lá tramita até hoje e nessa audiência pública ouviu que são 05 anos de impunidade. Em 2007 foi instituída outra Comissão Especial que envolvia desaparecimento e mortes que envolviam policiais militares. E de 2007 para cá foi o sumiço de pessoas. Muito recentemente a Dra. Juliana, juntamente com uma comitiva da SEDH, estiveram em Luziânia onde 06 jovens do mesmo bairro estão desaparecidos, sem qualquer pista. De 2007 até o último episódio, ocorreu audiência pública, ocasião em que foi constatado os 05 municípios goianos que tem a atuação de policiais militares em grupos de extermínio. Em Araguaças, a mesma (Dra. Ivana) esteve junto com o Dr. Percílio em audiência no STJ, com o Ministro Napoleão, pedindo para não ser julgado como um caso qualquer um Habeas Corpus que pedia soltura de 05 policiais militares, sendo que o pedido foi aceito e esses policiais ainda estão

presos, esperando júri. Em Alvorada do Norte teve o desaparecimento a menos de 01 mês de 01 jovem que foi visto entrando na viatura da PM e não mais sendo localizado. Em Corumbá de Goiás dois PM's estão presos sendo suspeitos de eliminar um colega deles da PM, Na data de ontem, no maior jornal de Goiás, O Popular, foi divulgado que a Polícia Militar matou 224 pessoas em Goiânia. Essas situações são de confrontos, em todos esses casos, a polícia afirma que as mortes se deram em decorrência de troca de tiros, considerando que apenas os abordados são atingidos e sempre são levados ao Hospital de Emergência - HUGO - e no caminho morrem. Finalmente agora, dia 18 de fevereiro, conseguiram do Ministério Público diante da Secretaria de Segurança Pública alterar um procedimento padrão que permitia aos PM's essa total articulação no local do crime. Na audiência pública, cerca de 15 participantes, até mães e pais de crianças desaparecidas, pediram o retorno e apoio do CDDPH nessas questões. E afirmou que existe Grupo de Extermínio em Goiás, sendo que desses casos, dois estão presos e outro capitão condenado em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal. Não está se buscando exagerar ou dar cores diversas as reais e fatos já provados, assim a Polícia Federal não tem atuado em casos que não sejam aqueles típicos a sua intervenção, acontece que nesse caso de Luziânia, em que meninos foram desaparecidos, sem antecedentes, a Polícia Federal foi indicada a atuar, e estão atuando, são dois Delegados Federais com 04 agentes. O que se reclamou ao CDDPH que fosse um intermediário principalmente em situações que caracterizam intervenção da Polícia Militar. Então salientou a indignação de não ver o Secretário de Segurança Pública presente na audiência, e a representação do Governo era de um técnico na área de direitos humanos que não tem qualquer tipo de comando ou responsabilidade para ser ali chamado a qualquer tipo de conduta de responsabilidade. Entende que a Comissão de 2007 deveria ser revigorada, pois só terá resultado com os holofotes em cima e acha que o CDDPH deve voltar à Goiânia para audiência com o Secretário de Justiça, pois é uma situação que não pode prosseguir e a Polícia Federal que já está atuando no caso de Luziânia poderia mais uma vez ser buscada, com mais ênfase. O relato é como feito na imprensa, junto a Polícia Civil, que estava incumbida de analisar os 224 casos. O Dr. Percílio ressaltou que houve uma resistência muito grande por parte da PM na atuação da PF em Luziânia. O Delegado Delano informou que já tem experiência com grupos de extermínio, pois atuava em Pernambuco em que policiais militares matavam 03 pessoas por dia e como delegado à época tinha que controlar e tomar providências. E agora como Chefe da Divisão de Direitos Humanos a idéia é intensificar contra essas ações de grupo de extermínio e conta com o aval de seu Chefe, para que com sigilo – atuem para sanar esse problema, pois tem total interesse em atuar na área e fica muito feliz em ver que esse tema esta à frente das prioridades desse Conselho. O diplomata Carlos Eduardo lembrou que o Brasil participou do mecanismo de revisão periódica das nações unidas em 2008 e como

resultado dessa avaliação tiveram como recomendação a indicação de mecanismos legais para a federalização, da apuração ou do julgamento, então temos esses instrumentos legais para que se faça uso pleno e efetivo. O Dr. Fernando Matos destacou que no eixo orientador nº 04 – segurança pública e acesso à justiça - o objetivo ressalta essa questão (página 129) em que garante os direitos das vítimas. A Dra. Ivana apenas ressaltou a importância do Dr. Delano atuar ao lado do CDDPH nessa questão. **ITEM 03)** Informes. Breves informes sobre o andamento do processo de federalização do caso Manoel Mattos. Expositora: DRA. IVANA FARINA. A Dra. Ivana informou que ela, Dr. Percílio, Dra. Juliana Miranda, Dr. Fernando Mattos e Dr. Ivan Contente já por duas vezes estiveram com a Ministra Laurita Vaz discutindo sobre o andamento do procedimento, levando o relatório da Comissão Especial e fazendo algumas sugestões, especialmente uma situação que chamou atenção foi que a Ministra realçou resistência do Ministério Público Estadual da Paraíba, então representado pela Dra. Janete, como Procuradora-Geral de Justiça, com o deslocamento do caso, como é o titular da ação penal, para ela essa posição tem relevância. No relatório da Comissão Especial consta entrevista do Procurador-Geral de Justiça atual, dizendo o contrário da Dra. Janete que entendia que resta verificada situação a indicar e foi transcrita e solicitamos que ela ouvisse nos autos o atual Procurador de Justiça atual, Dr, Oswaldo Trigueiro e assim ficou ajustado. Na volta do recesso, foi acompanhado o andamento e não havia o pedido de informações ao PGJ, então voltaram ao Gabinete da Ministra, há 15 dias, e ela então ouviu a ponderação e disse que faria, consta na Internet a expedição de ofício ao Dr. Trigueiro, mas salientou que até o momento ele não havia recebido nada e salientou a importância de se fazer um contato telefônico com a Ministra para saber se já saiu esse pedido, então amanhã Dr. Juliana e Dra Ivana ficarão responsáveis em fazer os embargos auriculares. O Ministro questionou se a Ministra Laurita tem atendido com essa percepção, da importância da questão e com esse componente, porque talvez não seja o telefone, seja pessoalmente, então ir uma delegação do Conselho. A Dra. Ivana disse que a Ministra tem essa percepção, e irá falar agora objetivamente, o Dr. Fernando Matos relatou desta última feita como foi a audiência de instrução do processo da Paraíba, em que a mãe de Manoel Mattos e outra testemunha voltaram escoltados, juntamente com o advogado indicado pela OAB, aí a Ministra disse que gostaria que a Comissão fizesse com que essas informações chegassem de um modo qualquer aos autos e ela tem a linha de que se não está nos autos não está no mundo, então se tem tentado mostrar que as questões estão acontecendo e latentes e dessa última feita se fez mais latente depois de muita insistência. O Dr. Fernando Matos ressaltou que o dia da Comitiva se deu numa segunda-feira e na sexta-feira que antecedeu a Ministra tinha recebido o Presidente da Seccional da OAB e Secretário de Justiça de Direitos Humanos de Pernambuco que ficaram com ela 02 horas, com a mesma narrativa, e a preocupação da Comissão que nessa ação não somos partes do processo, quem está é o Procurador-Geral da

República e tem-se encaminhado todos os documentos que ao Estado de Pernambuco, que tem sido dado escolta, que a Dona Nair tem prestado queixa na Polícia, tudo isso ela tem recebido. O Ministro ressaltou que em todas essas ações – que parece ser a tarefa do ano – lembrar da nossa Conselheira, representante do Ministério Público Federal, é um braço que tem que ser acionado constantemente, e devemos retomar o discurso, retomando a falar do Dr. Percílio, ou inauguramos o deslocamento de competência ou desista-se de uma vez do que foi aprovado na Emenda Constitucional. A Dra. Ivana chega a crer que a confusão dos autos e diante disso, pode-se a Comissão entre eles combinar uma data para ir até a Ministra porque isso não tem sido difícil de acontecer e a Ministra até mesmo sugeriu que procurássemos a Dra. Débora – Subprocuradora-Geral, que é a mesma que está cuidando da crise de Brasília, dizendo que ela é mais afeta a área e não obstante checada a movimentação processual que fique deliberado o comparecimento no Gabinete da Ministra Laurita. A Dra. Gilda pediu que todas essas ações, visitas, precisa estar ciente, pois senão não tem como colaborar. Sabe que e muito difícil a implementação quanto a federalização, e sabe que esse Conselho tem sido importantíssimo para vencer essas estruturas e os Estado Federados tem um instrumento que diz respeito a própria Federação e não está ausente esse pensamento, mas naturalmente há sempre um bom senso a se ter, e esse bom senso há de prevalecer nesses momentos e parece que nesse processo. E já que esta com a palavra, como Conselheira e como representante da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos se compromete a dar efetividade a esse magnífico trabalho do PNDH 3, na Presidência do Ministro Paulo Vannuchi, e foi muito prestigiado no exterior, num país de tão boas idéias e se constitui um grande desafio desse Conselho nessa fase e temos essa bíblia de direitos humanos no pais. Parabenizou o Ministro que procurou fazer esse grande consenso – contrato social – para que desse acordo, trazendo todos esses ministros que assinaram para contribuir e de sua parte coloca à disposição, pois todos os procuradores federais dos direitos do cidadão tem uma missão em cumprir o PNDH 3. E certamente todos irão nos cobrar efetivamente que garantam o direito a cidadania e confiante e consciente para que os poderes públicos pode-se pleitear extra e judicialmente com consciência que as dificuldades soam grandes. Mas isso tudo se faz com a consciência que cada um deve ter, para que com dignidade se faça valer. **ITEM 03)** INFORMES . Breves informes sobre a prisão do cacique Babau (Tupinambá). Expositor: Dr. Fernando Matos**.** Iniciou sua fala narrando que essa pauta se iniciou no CDDPH em 02 de junho de 2009 em que houve uma ação da Polícia Federal em Ilhéus que restou 05 pessoas feridas que dizem serem submetidos à tortura. Logo depois houve uma audiência com o Ministro Tarso Genro, na qual estavam presentes várias autoridades, e em outubro de 2009 o CIMI trouxe ao CDDPH preocupação quanto aos encaminhamentos dessa apuração. Agora no dia 10 de março ocorreu a prisão do cacique Babau e já tinha tido uma reunião no ano passado na Ouvidoria Nacional da SEDH, considerando que esse cacique lidera 130

famílias na Serra do Padeiro, município de Buararema/BA. Os outros municípios são Ilhéus e Uma, são os três municípios que o território está sendo analisado e discutido. Então o cacique foi preso por tentativa de homicídio, cárcere privado, formação de quadrilha, invasão de propriedade privada e de depredação de bens públicos. No ano passado esteve na Ouvidoria da SEDH e se destacou pela argumentação e firmeza e em nenhum momento se demonstrou esse “lampião índio da Bahia”, conforme foi noticiado em revista. E de fato a FUNAI está fazendo o seu trabalho técnico na área e já há estudos que reconhecem a etnia Tupinambá de Olivença. Foi preso de madrugada e abriu porque ouviu a voz da irmã, pessoas que estavam descaracterizadas, sem mandado, portando metralhadoras o abordaram e ele resistiu, estava desarmado, e foi ferido, mas não por tiros, e durante a briga as pessoas disseram que eram policiais federais e por isso que ele parou. Essa ação teve repercussão internacional e a Anistia Internacional já esta ciente e esta adotando providências. Na sexta-feira, dia 12/03, estavam na Bahia participando de um evento do Governo do Estado e aproveitaram a presença e foram fazer visita ao cacique, com 02 Deputados Estaduais, Deputado Yulo Oiticica e Deputado Bira Coroa, juntamente com representante da Cidadania de Justiça e Direitos Humanos do Governo da Bahia, mais a entidade ANEI – Associação Nacional de Entidade Indigenista. Lá chegando o Delegado Regional informou que já havia pedido outras preventivas contra o cacique Babal, porque no jornal estava informando que o Ministério Público Federal já havia solicitado o hábeas corpus e o Delegado repetiu: “- Já pedi mais três preventivas e daqui ele não sai”. Então pediram para ter contato com o Babau e não foi autorizado então redigiram de próprio punho o pedido ao Superintendente e esse declinando apenas que Fernando Matos e Perly Cipriano o visitasse pelo fato de ser da SEDH O que causou reações indignadas dos parlamentares que já saíram e protestaram na Assembléia Legislativa quanto a isso. Quanto ao Babau ele está bem de saúde, confirmou que não foi torturado, não sofreu maus tratos e aguarda que a ação de demarcação de terras continue e ressaltou que essa era uma ação de criminalização do movimento indígena na área e fez apelo para que se evitasse a criminalização dos que estão entrando na luta indígena. O Ministro pediu a palavra e disse que as polícias já têm uma história de transição e que a polícia federal e polícia rodoviária federal marcadamente avançou nessa transição. Então o que acontece é uma indisposição e lembra que uma vez há anos atrás, sobre esse tema, que na sala de reunião havia alguém da polícia, que com certeza não era nenhum dos dirigentes, porque senão reconheceria, informando que já tinha problema com o Babau, que não era um mero cacique, e temos que ver qual é a alegação que tem, para deixar claro isso. O Delegado que deu essa resposta, porque parece que existe uma animosidade nisso e gostaria de verificar qual é a contradição. O Delegado Delano informou que ontem esteve em uma reunião com o Programa de Defensores e de ontem para hoje procurou informações sobre o caso. Há uma divisão dentro da Polícia

Federal que é o de Serviço Nacional de Repressão aos Crimes contra Comunidades Indígenas, e quem chefia esse serviço é o Dr. Muriel Sanches que designou um Delegado de Brasília, pois havia a notícia de que a polícia federal estava parcial nessa ação, em que ouviu todas as partes – fazendeiros, índios, FUNAI, Poder Público, Judiciário, Ministério Público Federal, e outros produzindo relatório. E teve acesso ao relatório que executaram a prisão do cacique, então fez questão de trazer ata que foi produzida nas instalações da FUNAI, bem como fotos de fazendeiro e índios, com machucados. Então a ida do colega possibilitou uma análise ampla do problema, pois o Babau é mais uma vítima, pois são anos e anos de conflitos. E na ata leu apenas um trecho que a conduta de Babau não tem sido aceita por outros indígenas e que se não for feita alguma coisa pela polícia os próprios indígenas vão resolver da sua forma. E deixou essa ata para tirar cópia desse relatório produzido no dia 08 de março e a prisão foi efetuada no dia 10 de março. Os policiais, do Comando de Operações Táticas, altamente capacitados, e a polícia estava cumprindo mandado de prisão e acaba sobrando para a polícia um conflito entre poder econômico e poder social. Essa equipe entrou na terra indígena e começou a infiltração por volta das 11 horas da noite, na madrugada por volta das 03 horas da manhã, localizaram a casa que estava Babau e permaneceram em campana, pois tinham cachorros, gansos. Algumas pessoas acordaram em detrimento do barulho dos animais e informou que tinha gente. Quando os animais cessaram, no raiar do dia que foi feita a prisão, essas informações estão no relatório que poderá ser solicitado cópia. O detalhe, com relação a visita, para se saber o procedimento quando custodia um preso. O direito de visita está regulamentado para advogados e entende que qualquer Defensor de Direitos Humanos deve ter acesso a qualquer preso. Agora essa é uma questão que deveria ser regulamentado, pois o delegado que está de plantão se valerá do que está regulamentado pela Polícia Federal, porque senão amanhã uma pessoa se titula defensor de direitos humanos, com interesses escusos para ter acesso a qualquer preso. Então, o Delegado de plantão vai se adequar ao que está regulamentado poderá estar suscetível a processo disciplinar. O Ministro ressaltou que fez a indagação porque acha muito importante esse conselho estar sempre muito cauteloso, muito resguardado, contra qualquer risco do que seria uma ingenuidade na área de direitos humanos. E isso é para dizer o seguinte, em direitos humanos buscar sim e encontrando resistências, até mesmo da imprensa, dizer em alto e bom som, que o Chambinha não pode ser morto, por mais que várias pessoas digam que acha o contrário. E tiveram uma dificuldade dias atrás, porque um participante do crime hediondo daquele menino, o João Hélio, porque terminou a medida sócio-educativa e é um Programa estadualizado que a Vara da Infância Estadual que decide a proteção e o jornal ficou colocando a semana inteira na página o seguinte dizer: “Programa do Governo Federal está Protegendo esse assassino” dizendo que esse cara não tem direito a vida e esse cara tem direito a vida, então a gente tem que proteger o direito mas sem ficar previamente

assinando atestado de boa conduta, pois ele também é vítima de uma violência histórica que leva uma degradação do ser. A causa indígena não está em questão, e nesse sentido esse é um dos casos de direitos humanos do cacique, mas com esse limite cauteloso, para que não se crie na polícia federal esse ambiente, pois se for fizer uma prisão dessa, que faça com todo o cuidado, para se poder separar o joio do trigo. O Dr. Fernando disse não querer polemizar com o Dr. Delano, mas o horário da prisão foi dado em depoimento no Ministério Público Federal em Ilhéus. A Dra. Juliana informou que quando esse caso chegou ao Conselho em outubro do ano passado, o Ministro constituiu um Grupo de Trabalho, composto pela Coordenação-Geral de Combate à Tortura, Programa de Proteção aos Defensores, CDDPH, MPF, Dr. Gercino, e foi montada uma reunião, ocorrida no dia 20/11, para ouvir os protagonistas que estavam envolvidos, bem como FUNAI, INCRA, Deputados e Vereadores, Polícia Federal, representada pelo Dr. Cristiano Barbosa e pelo Delegado Moura, reunião essa conduzida pela Dra. Raquel Dodge, reunião para sentir o calor e a temperatura bem elevada da região, dali nós tiramos uma decisão de que era preciso ouvir claro as representações indígenas e escutamos não só o cacique Babau, mas escutamos mais de 20 lideranças indígenas e todos foram com o mesmo discurso de que se deveria retomar o diálogo naquela região, e o CDDPH poderia entrar como promoção desse diálogo. A Dra. Raquel Dodge se envolveu nas discussões da crise de Brasília e veio o recesso de final de ano e o CDDPH ficou com a incumbência de se fazer uma visita, missão ou incursão, no Estado, para ouvir essas pessoas como é de praxe desse Conselho. Ministro convida o novo Conselheiro para fazer o uso da palavra e encerrar a reunião. O Conselheiro Edgar Flecha disse estar muito honrado em compor esse Conselho e espera contribuir e percebeu que os assuntos são amplos e difíceis. E a reunião se encerrou às 18h10min.